

SÁBADO DE TARDE

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA ROSA/RS CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2024

PROCURADOR JURÍDICO

INSTRUÇÕES

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem esse certame.

1. Atente-se aos avisos contidos no quadro da sala.
2. Seus pertences deverão estar armazenados dentro de embalagem específica fornecida pelo fiscal, permanecendo em sua posse somente caneta esferográfica de ponta grossa, de material transparente, com tinta preferencialmente preta, lanche e água, se houver. A utilização de qualquer material não permitido em edital é expressamente proibida, acarretando a sua imediata eliminação do certame.
3. Certifique-se de que este caderno:
 - contém 50 (cinquenta) questões;
 - **refere-se ao cargo para o qual realizou a inscrição.**
4. Cada questão oferece 5 (cinco) alternativas de respostas, representadas pelas letras A, B, C, D e E, sendo apenas 1 (uma) a resposta correta.
5. Será respeitado o tempo para realização da prova conforme previsto em edital, incluindo o preenchimento da grade de respostas.
6. Os três últimos candidatos deverão retirar-se da sala de prova ao mesmo tempo, devendo assinar a Ata de Prova.
7. A responsabilidade referente à interpretação dos conteúdos das questões é exclusiva do candidato.
8. No caderno de prova, você poderá rabiscar, riscar e calcular.
9. Os gabaritos preliminares da prova objetiva serão divulgados na data descrita no Cronograma de Execução desse certame.



V1_22/05/2024 09:45:27



LÍNGUA PORTUGUESA**A saga do azeite***Por Rafael Battaglia*

01 A oliveira é uma árvore baixa com troncos retorcidos, nativa da bacia mediterrânea. É dela
02 que sai a azeitona, que é uma drupa: fruto com uma única semente (o caroço), assim como o
03 pêssego, a manga e a ameixa. Os humanos consomem azeitonas ___ pelo menos 100 mil anos.
04 Mas não era uma refeição gostosa: azeitonas cruas são superamargas. Com o tempo, nossos
05 antepassados perceberam que, quando pressionadas, elas liberavam óleo. O suco da fruta, esse
06 sim, era saboroso.

07 A prática se estendeu para outras civilizações do Mediterrâneo, e o óleo logo se tornou uma
08 peça importante da economia da Idade do Bronze. Os egípcios compravam quantidades cavalares
09 de azeite da ilha de Creta, na Grécia, para fazer remédios e cosméticos. O produto também
10 servia de combustível para lamparinas e como oferenda aos deuses: a tumba do faraó
11 Tutancâmon estava repleta da iguaria.

12 No Brasil, com o tempo, alguns agricultores arriscaram produzir azeite. Mas a Coroa
13 portuguesa logo cortou o barato (e os olivais). Baixou ___ lei: o Brasil só poderia consumir óleo
14 de Portugal. Mesmo após a independência, a tradição se manteve: hoje, 60% das nossas
15 importações vêm da terrinha. Já nos Estados Unidos, o azeite era considerado um produto
16 exótico até meados do século 20. Mas tudo mudou quando os americanos descobriram algo que
17 os povos mediterrâneos já sabiam intuitivamente há milênios: que o óleo faz bem ___ saúde.

18 Nos anos 1950, o fisiologista Ancel Keys queria entender por que americanos com altos
19 salários, que supostamente teriam acesso a uma alimentação melhor, tinham mais doenças
20 cardíacas em comparação a populações europeias pobres e com uma dieta rica em gordura. Keys
21 estudou povoados na Grécia e no sul da Itália (uma região que, até hoje, tem uma das maiores
22 expectativas de vida do mundo). E formulou a seguinte hipótese: ___ de que o cardápio local,
23 composto por vegetais, oleaginosas e, claro, azeite, estaria associado a um risco menor de
24 problemas cardiovasculares.

25 Assim como outros óleos vegetais, o azeite é composto majoritariamente de gordura
26 insaturada. Carnes e manteiga, por sua vez, têm gordura saturada. A diferença está no número
27 de moléculas de hidrogênio ligadas às de carbono. Na saturada, os átomos estão lotados
28 (saturados) de hidrogênio. Na outra, há menos conexões desse tipo. Essa diferença estrutural
29 faz com que as gorduras saturadas sejam sólidas em temperatura ambiente; as insaturadas,
30 líquidas. As saturadas aumentam os níveis de LDL, o colesterol que obstrui as artérias. Já as
31 insaturadas sobem as taxas de HDL, o colesterol que as desentope. Por isso, o alto consumo do
32 azeite (mais de sete gramas por dia) está associado a riscos mais baixos de câncer, doenças
33 cardiovasculares e neurodegenerativas.

34 Então, já sabemos que o azeite é um aliado da saúde e é bom incluí-lo à mesa; entretanto,
35 o produto sofreu uma alta de preço bastante importante que ameaça essa boa prática. Qual a
36 explicação para essa alta? Uma delas é a escassez. Hoje, a produção mundial fica em torno de
37 três milhões de toneladas por ano. Contudo, em 2023, a produção mundial foi quase 20% menor
38 em relação a 2022. Na Espanha, principal produtora, uma seca prolongada fez com que a safra
39 caísse pela metade. As altas temperaturas também tornaram as oliveiras mais suscetíveis a
40 pragas. Na Itália, segunda maior produtora, uma bactéria transmitida por insetos matou 21
41 milhões dessas árvores.

42 Em 2023, o preço global do azeite subiu 95%, de acordo com o Fed (o banco central dos
43 EUA). No Brasil, que importa 99,5% do azeite que consome, o preço nas prateleiras cresceu um
44 pouco menos no mesmo intervalo, mas ainda assim incômodos 37,1%. E a alta segue sem freio.
45 Nos últimos 12 meses até janeiro de 2024, informa o IBGE, já são 41,6%. A crise é o capítulo
46 mais recente da saga milenar do azeite, um produto que serviu como alimento, moeda de troca
47 e remédio milagroso para diversas civilizações ao longo da história.

(Fonte: www.super.abril.com.br/sociedade/a-saga-do-azeite-a-historia-as-fraudes-e-o-preco-nas-alturas/
- Texto adaptado especialmente para esta prova.)

QUESTÃO 01 – Sobre informações que se pode inferir com base no texto, analise as assertivas abaixo:

- I. A oliveira é uma planta mediterrânea.
- II. São exemplos de frutas com características semelhantes à azeitona: ameixa, pêsego e manga.
- III. O processo de espremer a azeitona libera um suco mais palatável que o próprio fruto cru.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 02 – Sobre informações retiradas do texto, analise as assertivas abaixo:

- I. Antigamente, o azeite era usado como combustível, remédio e cosmético.
- II. Mais de metade da quantidade de azeite importado pelo Brasil vem de Portugal, uma prática que começou durante a época em que era colônia.
- III. Nos Estados Unidos, o azeite sempre foi muito popular, sendo considerado um item fundamental a partir do século 20.

Quais estão INCORRETAS?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 03 – Em relação ao trabalho conduzido pelo pesquisador Keys sobre o azeite, analise as assertivas abaixo:

- I. A pesquisa concluiu que uma dieta rica em gordura, independentemente do tipo, é o melhor para a saúde cardiovascular.
- II. A motivação para a pesquisa se deu a partir da aparente incongruência entre o poder aquisitivo maior e a saúde comprometida de alguns americanos.
- III. Há uma importante diferença estrutural nas moléculas de gordura que é responsável pelo azeite ser um item aliado da boa saúde.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 04 – Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas tracejadas das linhas 03, 13, 17 e 22.

- A) há – a – à – a
- B) a – à – à – a
- C) a – a – à – a
- D) há – à – a – à
- E) há – a – à – à

QUESTÃO 05 – No que se refere à alta do preço do azeite, analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () Uma das razões para a alta do preço, de acordo com o texto, foi a escassez de matéria-prima.
- () A safra de azeitona ficou em 20% do que era esperado para o período no principal país produtor.
- () Mais de um fator foi preponderante para a diminuição da produção mundial.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) V – V – V.
- B) F – V – F.
- C) V – F – V.
- D) F – F – V.
- E) V – F – F.

QUESTÃO 06 – Em relação à distribuição dos parágrafos do texto e às informações encontradas em cada um, relacione a Coluna 1 à Coluna 2.

Coluna 1

1. Primeiro e segundo parágrafos.
2. Terceiro parágrafo.
3. Quarto parágrafo.
4. Quinto parágrafo.
5. Sétimo parágrafo.

Coluna 2

- () O Brasil tentou produzir azeite na época em que era colônia de Portugal.
- () A alta de preço global da iguaria é considerada uma crise.
- () No século XX, foi realizada uma pesquisa que associou o consumo de azeite à boa saúde cardiovascular.
- () São apresentadas informações técnicas sobre a composição química de diferentes tipos de gorduras e sua ação no organismo.
- () As primeiras experiências de exploração e uso do azeite começaram há pelo menos 100 mil anos e estenderam-se entre povos egípcios e gregos.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) 2 – 5 – 3 – 4 – 1.
- B) 2 – 3 – 4 – 5 – 1.
- C) 1 – 2 – 3 – 4 – 5.
- D) 5 – 4 – 3 – 2 – 1.
- E) 4 – 1 – 2 – 3 – 5.

QUESTÃO 07 – Considerando os conceitos da fonologia, analise as assertivas a seguir:

- I. A palavra “mediterrâneo” tem um dígrafo.
- II. As palavras “olivais” e “exótico” têm o mesmo número de letras e fonemas.
- III. Na palavra “antepassados”, há dois dígrafos.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 08 – Acerca da interpretação e emprego de palavras e expressões do texto, analise as assertivas abaixo:

- I. No trecho, “Então, já sabemos que o azeite é um aliado da saúde e é bom incluí-lo à mesa; entretanto, o produto sofreu uma alta de preço bastante importante que ameaça essa boa prática”, o conectivo “entretanto” apresenta valor semântico adversativo, pois estabelece uma relação de oposição com a informação apresentada antes – de que o azeite faz bem à saúde.
- II. No trecho “E a alta segue sem freio” (l. 44), o autor faz uso de linguagem conotativa.
- III. No trecho “os americanos descobriram algo que os povos mediterrâneos já sabiam intuitivamente há milênios”, o vocábulo “há” está incorretamente empregado, uma vez que, para indicar tempo decorrido, utiliza-se a forma “a”.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 09 – Considerando a frase “A crise é o capítulo mais recente da saga milenar do azeite, um produto que serviu como alimento, moeda de troca e remédio milagroso para diversas civilizações ao longo da história”, assinale a alternativa que apresenta, correta e respectivamente, a classificação morfológica das palavras destacadas.

- A) Verbo de ligação – artigo definido – preposição combinada – advérbio.
- B) Verbo de ligação – artigo definido – preposição contraída – conjunção.
- C) Verbo de ligação – pronome – preposição contraída – advérbio.
- D) Advérbio – pronome – preposição contraída – conjunção.
- E) Advérbio – artigo definido – preposição combinada – conjunção.

QUESTÃO 10 – Em relação ao sujeito e suas classificações, analise as assertivas abaixo:

- I. Na frase “Na saturada, os átomos estão lotados (saturados) de hidrogênio” (l. 27-28), o sujeito do verbo “estão” é o vocábulo “saturada”.
- II. Na frase “Na outra, há menos conexões desse tipo” (l. 28), o sujeito do verbo “há” é o vocábulo “outra”, estando subentendido o termo “gordura”.
- III. Em ambas as frases apresentadas nas assertivas anteriores, o sujeito é classificado como simples por conter apenas um núcleo.

Quais estão INCORRETAS?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL/FUMSSAR

QUESTÃO 11 – Conforme Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Santa Rosa e suas alterações, às pessoas portadoras de necessidades especiais é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargos, desde que sua deficiência seja compatível com as atribuições, para as quais serão reservadas _____ das vagas oferecidas, observadas as especificações da legislação municipal pertinente.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do trecho acima.

- A) 10%
- B) 15%
- C) 20%
- D) 25%
- E) 30%

QUESTÃO 12 – Conforme Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Santa Rosa e suas alterações, as normas gerais para a realização de concursos públicos serão estabelecidas em regulamento próprio, aprovado por Decreto do:

- A) Poder Legislativo Municipal.
- B) Poder Executivo Municipal.
- C) Poder Legislativo Estadual.
- D) Poder Moderador.
- E) Poder Judiciário Municipal.

QUESTÃO 13 – Conforme Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Santa Rosa e suas alterações, somente fará jus à indenização de transporte em seu valor integral o servidor que, no mês, tenha efetivamente realizado serviço externo durante pelo menos:

- A) 5 dias.
- B) 7 dias.
- C) 10 dias.
- D) 15 dias.
- E) 20 dias.

QUESTÃO 14 – Luana, professora de Artes, pediu aos seus alunos para expressarem artisticamente os símbolos do município de Santa Rosa definidos pela Lei Orgânica do Município. Ao final da atividade, ela recebeu os trabalhos dos alunos e constatou o seguinte:

- I. Marcelo representou o hino, o brasão e um arco e flecha dourados.
- II. Alexia representou a bandeira santa-rosense, o hino e o brasão.
- III. Thalia representou o hino, o brasão e um gato.

Quais alunos representaram apenas os símbolos definidos na legislação?

- A) Apenas Alexia.
- B) Apenas Marcelo.
- C) Apenas Thalia.
- D) Apenas Marcelo e Alexia.
- E) Apenas Alexia e Thalia.

QUESTÃO 15 – Conforme o Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores da FUMSSAR, compete ao _____ expedir os atos de provimento dos cargos.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do trecho acima.

- A) Conselho Federal
- B) Ministro do Supremo Tribunal Federal
- C) Presidente do Brasil
- D) Presidente da Fundação
- E) Presidente da Câmara

QUESTÃO 16 – Conforme Lei Orgânica do Município de Santa Rosa e suas alterações, ao Município compete prover tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe privativamente as seguintes atribuições:

- I. Legislar sobre o serviço funerário e cemitérios, fiscalizando os que pertencerem a entidades particulares.
- II. Regulamentar e fiscalizar a instalação e funcionamento de elevadores.
- III. Legislar sobre atividades nucleares de qualquer natureza.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 17 – Conforme Lei Orgânica do Município de Santa Rosa e suas alterações, o Município organizará a ordem econômica e social, conciliando a liberdade de iniciativa com os interesses da coletividade, que merecerão tratamento prioritário, observados os seguintes princípios:

- I. Livre concorrência.
- II. Defesa do consumidor.
- III. Busca do pleno desemprego.
- IV. Aumento das desigualdades étnicas.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I e III.
- C) Apenas II e IV.
- D) Apenas III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 18 – O Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores da Fundação Municipal de Saúde de Santa Rosa (FUMSSAR) obedece ao regime estatutário e estrutura-se em um quadro que se compõe de:

- I. Parte permanente, com os respectivos cargos e atribuições ocupacionais.
- II. Parte suplementar, com os respectivos empregos e cargos em extinção e atribuições ocupacionais.
- III. Parte cargos em comissão.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 19 – Conforme o Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores da FUMSSAR, aos fiscais sanitários lotados na Fundação é atribuída gratificação de incentivo à produtividade, calculada em razão de _____ do vencimento básico.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do trecho acima.

- A) 40%
- B) 50%
- C) 60%
- D) 70%
- E) 80%

QUESTÃO 20 – Conforme o Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores da FUMSSAR, os dirigentes da Fundação podem, quando da realização do estudo anual de lotação da Fundação Municipal de Saúde, propor a criação de novos cargos, sempre que necessário. Na proposta de criação de novos cargos, deve constar:

- I. Para os cargos de nível médio com carga horária de 20 (vinte) horas, a definição da gratificação por dedicação exclusiva.
- II. Justificativa pormenorizada de sua criação.
- III. Descrição das respectivas atribuições e requisitos de instrução para provimento e carga horária.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

CONHECIMENTOS EM INFORMÁTICA

QUESTÃO 21 – Considerando o Windows 10, analise a Figura 1 abaixo:

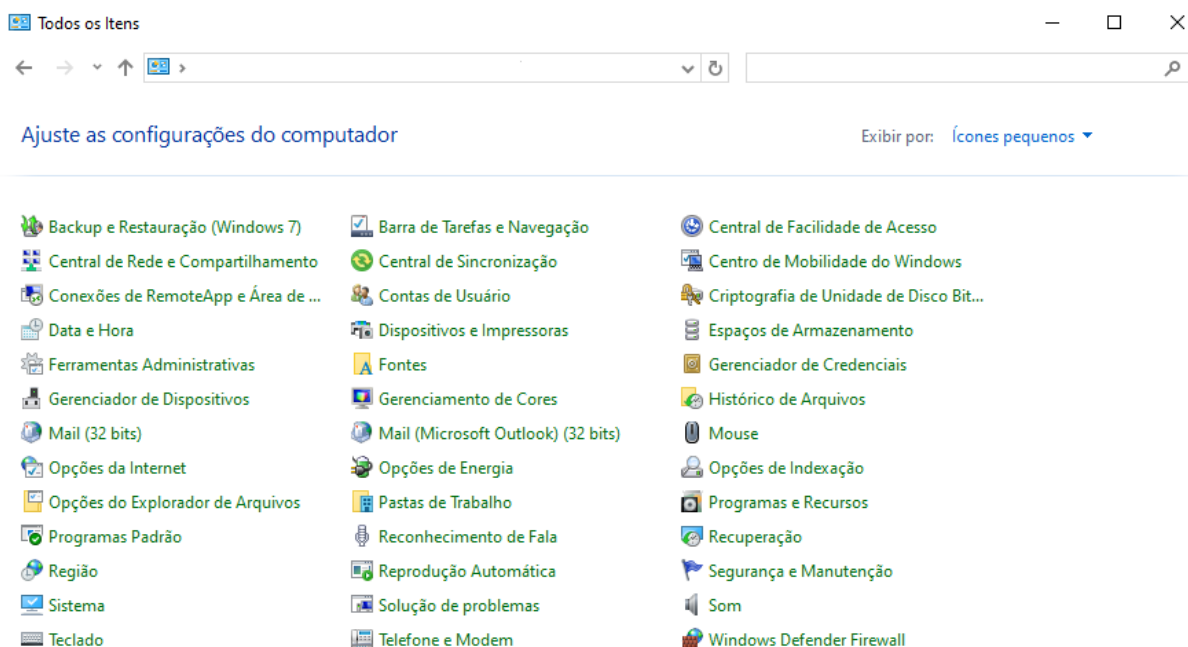


Figura 1 – Janela do Windows 10

Considerando a Figura 1, podemos afirmar que está sendo apresentada a janela do(a):

- A) Painel de Controle.
- B) Gerenciador de Tarefas.
- C) Centro de Comando.
- D) Barra de Tarefas.
- E) Central de Ferramentas.

QUESTÃO 22 – Wanessa utiliza o Firefox como seu navegador padrão. Em muitas de suas tarefas, ela costuma fazer uso dos comandos de teclado, para facilitar os processos. Ao acessar o site da FUMSSAR, Wanessa utilizou o comando de teclado Ctrl+D, que teve como resultado:

- A) Imprimir a página aberta.
- B) Fechar a aba aberta.
- C) Abrir o painel de histórico.
- D) Adicionar a página aos favoritos.
- E) Abrir uma nova aba com o site da FUMSSAR aberto.

QUESTÃO 23 – O Gmail usa vários fatores para decidir quais mensagens serão marcadas automaticamente como importantes, incluindo:

- I. A pessoa para quem você envia e-mails e quantas vezes você envia e-mails a ela.
- II. Os e-mails que você abre.
- III. Os e-mails aos quais você responde.
- IV. Os e-mails que são marcados com estrela, arquivados ou excluídos.

Quais estão corretos?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas II e III.
- C) Apenas III e IV.
- D) Apenas II, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 24 – Considerando o Word 2016, analise a Figura 2 abaixo:



Figura 2 – Word 2016

As opções apresentadas estão disponíveis na guia _____, grupo _____.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

- A) Página Inicial – Fonte
- B) Inserir – Texto
- C) Página Inicial – Editando
- D) Revisão – Revisão de Texto
- E) Inserir – Configurar

QUESTÃO 25 – Analise a Figura 3 abaixo, que mostra parte de uma planilha do Excel 2016 com suas configurações padrão.

	A	B	C
1	Custo Fixo	R\$ 5,40	
2			
3	Produto	Valor Bruto	Valor Final
4	AB	R\$ 12,50	=B4+B1
5	CD	R\$ 13,00	
6	EF	R\$ 26,30	
7	GH	R\$ 42,60	

Figura 3 – Planilha Excel 2016

Com base na Figura 3, considere que foi digitado na célula C4 a fórmula =B4+B1 e depois foi dado o comando de dois cliques com o botão esquerdo do mouse sobre a alça de preenchimento, conforme indicado pela seta. O resultado apresentado nas células C5 a C7 serão, respectivamente:

- A) R\$ 18,40 – R\$ 31,70 – R\$ 48,00
- B) R\$ 13,00 – #VALOR! – R\$ 55,10
- C) R\$ 17,90 – R\$ 17,90 – R\$ 17,90
- D) R\$ 25,50 – R\$ 39,30 – R\$ 68,90
- E) R\$ 13,00 – R\$ 26,30 – R\$ 42,60

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 26 – À luz do disposto na Lei nº 9.882/1999, que regulamenta a arguição de descumprimento de preceito fundamental, e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Podem propor arguição de descumprimento de preceito fundamental os legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade.
- B) Caberá também arguição de descumprimento de preceito fundamental quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição.
- C) Julgada a ação, far-se-á comunicação às autoridades ou órgãos responsáveis pela prática dos atos questionados, fixando-se as condições e o modo de interpretação e aplicação do preceito fundamental.
- D) Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, no processo de arguição de descumprimento de preceito fundamental, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o STF, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.
- E) A decisão terá eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente a todos os órgãos do Poder Público.

QUESTÃO 27 – Sobre o processo legislativo e sua previsão constitucional, analise as assertivas abaixo:

- I. Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir o voto direto, secreto, obrigatório e periódico.
- II. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, vedada sua edição sobre matéria que vise à detenção ou sequestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro.
- III. A Casa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará. Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e III.
- E) Apenas II e III.

QUESTÃO 28 – Sobre o Mandado de Injunção, sua regulamentação pela Lei nº 13.300/2016 e a jurisprudência do STF, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta total ou parcial de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- B) Reconhecido o estado de mora legislativa, será deferida a injunção para determinar prazo razoável para que o impetrado promova a edição da norma regulamentadora.
- C) Caso não suprida a mora legislativa, no prazo determinado, será deferida a injunção para estabelecer as condições em que se dará o exercício dos direitos, das liberdades ou das prerrogativas reclamados ou, se for o caso, as condições em que poderá o interessado promover ação própria visando a exercê-los.
- D) A norma regulamentadora superveniente produzirá, em qualquer hipótese, efeitos *ex tunc* em relação aos beneficiados por decisão transitada em julgado.
- E) O mandado de injunção coletivo não induz litispendência em relação aos individuais, mas os efeitos da coisa julgada não beneficiarão o impetrante que não requerer a desistência da demanda individual no prazo de 30 dias a contar da ciência comprovada da impetração coletiva.

QUESTÃO 29 – À luz do disposto na Lei nº 9.868/1999, não poderá propor ação direta de inconstitucionalidade perante o STF o(a):

- A) Presidente do Senado Federal.
- B) Presidente da República.
- C) Mesa de Assembleia Legislativa do Estado.
- D) Governador do Distrito Federal.
- E) Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

QUESTÃO 30 – Em relação ao exercício do poder de polícia pela Administração Pública e considerando o entendimento preconizado pelo STF sobre a matéria, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O poder de polícia significa toda e qualquer ação restritiva do Estado em relação aos direitos individuais. Em sentido estrito, poder de polícia caracteriza uma atividade administrativa, que consubstancia verdadeira prerrogativa conferida aos agentes da Administração, consistente no poder de delimitar a liberdade e a propriedade.
- B) A teoria do ciclo de polícia demonstra que o poder de polícia se desenvolve em quatro fases, cada uma correspondendo a um modo de atuação estatal: (I) a ordem de polícia, (II) o consentimento de polícia, (III) a fiscalização de polícia e (IV) a sanção de polícia.
- C) As estatais prestadoras de serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial podem atuar na companhia do atributo da coercibilidade inerente ao exercício do poder de polícia, mormente diante da atração do regime fazendário.
- D) É inconstitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público ainda que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.
- E) É constitucional a atribuição às guardas municipais do exercício do poder de polícia de trânsito, inclusive para a imposição de sanções administrativas legalmente previstas (exemplo: multas de trânsito).

QUESTÃO 31 – Em relação aos serviços públicos, e considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do STF, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A legislação permite a cobrança da tarifa de esgotamento sanitário, ainda que não haja o cumprimento de todas as etapas do serviço.
- B) Salvo situações excepcionais, devidamente comprovadas, o implemento de transporte público coletivo pressupõe prévia licitação.
- C) O corte de serviços essenciais, tais como água e energia elétrica, pressupõe o inadimplemento de conta de serviço, admitindo-se, portanto, a suspensão do abastecimento em razão de débitos antigos.
- D) A obrigação de pagar por serviço de natureza essencial, tal como água e energia, não é *propter rem*, mas pessoal, isto é, do usuário que efetivamente se utiliza do serviço.
- E) É ilegítima a suspensão de fornecimento de energia elétrica por dívida pretérita, a título de recuperação de consumo, devendo o valor ser cobrado pelas vias ordinárias.

QUESTÃO 32 – De acordo com o disposto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa.
- B) Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.
- C) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade.
- D) Os juízes e os tribunais atenderão, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.
- E) Não se proferirá, em qualquer hipótese, decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.

QUESTÃO 33 – Em relação à fase preparatória da licitação, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A Administração poderá convocar, com antecedência mínima de 8 dias úteis, audiência pública, presencial ou à distância, na forma eletrônica, sobre licitação que pretenda realizar, com disponibilização prévia de informações pertinentes, inclusive de estudo técnico preliminar e elementos do edital de licitação, e com possibilidade de manifestação de todos os interessados.
- B) O edital poderá contemplar matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, hipótese em que o cálculo do valor estimado da contratação poderá considerar taxa de risco compatível com o objeto da licitação e com os riscos atribuídos ao contratado, de acordo com metodologia predefinida pelo ente federativo.
- C) O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.
- D) Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso o sigilo prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.
- E) Às contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o edital deverá prever a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 meses, contado da celebração do contrato, conforme regulamento que disporá sobre as medidas a serem adotadas, a forma de comprovação e as penalidades pelo seu descumprimento.

QUESTÃO 34 – Em relação aos contratos administrativos e sua regulamentação pela Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, com prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
- B) Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial.
- C) Entre as cláusulas necessárias em todo contrato estão as que estabeleçam o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica.
- D) Nas contratações de projetos ou de serviços técnicos especializados, inclusive daqueles que contemplem o desenvolvimento de programas e aplicações de internet para computadores, máquinas, equipamentos e dispositivos de tratamento e de comunicação da informação (software) – e a respectiva documentação técnica associada –, o autor deverá ceder todos os direitos patrimoniais a eles relativos para a Administração Pública, hipótese em que poderão ser livremente utilizados e alterados por ela em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização de seu autor.
- E) A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura 10 dias úteis, no caso de contratação direta.

QUESTÃO 35 – Considerando o disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, Decreto-Lei nº 4.657/1942, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada. Reputa-se ato jurídico perfeito o direito que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo pré-fixo, ou condição pré-estabelecida inalterável, a arbítrio de outrem.
- B) Para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se constituírem.
- C) A sucessão por morte ou por ausência obedece à lei do país em que domiciliado o defunto ou o desaparecido, qualquer que seja a natureza e a situação dos bens.
- D) As organizações destinadas a fins de interesse coletivo, como as sociedades e as fundações, obedecem à lei do Estado em que se constituírem.
- E) Em qualquer órgão ou Poder, a edição de atos normativos por autoridade administrativa, salvo os de mera organização interna, poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, preferencialmente por meio eletrônico, a qual será considerada na decisão.

QUESTÃO 36 – A Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde (SUS), Lei nº 8.080/1990, dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. Considerando o disposto na referida lei de regência, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o SUS.
- B) As ações e serviços de saúde, executados pelo SUS, seja diretamente ou mediante participação complementar da iniciativa privada, serão organizados de forma regionalizada e não hierarquizada.
- C) Os municípios poderão constituir consórcios para desenvolver em conjunto as ações e os serviços de saúde que lhes correspondam.
- D) Serão criadas comissões intersetoriais de âmbito nacional, subordinadas ao Conselho Nacional de Saúde, integradas pelos Ministérios e órgãos competentes e por entidades representativas da sociedade civil.
- E) Em consultas, exames e procedimentos realizados em unidades de saúde públicas ou privadas, toda mulher tem o direito de fazer-se acompanhar por pessoa maior de idade, durante todo o período do atendimento, independentemente de notificação prévia.

QUESTÃO 37 – O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990, dispõe sobre o Conselho Municipal de Direitos e o Conselho Tutelar. Considerando o preconizado pelo ECA, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) As entidades governamentais e não governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, na forma definida neste artigo, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual manterá registro das inscrições e de suas alterações, do que fará comunicação ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária.
- B) Os recursos destinados à implementação e manutenção dos programas relacionados neste artigo serão previstos nas dotações orçamentárias dos órgãos públicos encarregados das áreas de Educação, Saúde e Assistência Social, entre outros, observando-se o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.
- C) As entidades não governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual comunicará o registro ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária da respectiva localidade.
- D) O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no ECA.
- E) Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos os seguintes requisitos: reconhecida idoneidade moral, idade superior a dezoito anos, e residir no município.

QUESTÃO 38 – Em relação ao cumprimento definitivo de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela fazenda pública, a teor do disposto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A multa prevista no §1º do art. 523 se aplica à Fazenda Pública.
- B) A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 dias e nos próprios autos, impugnar a execução.
- C) Entre as matérias passíveis de impugnação, pela fazenda pública, estão causas modificativas ou extintivas da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que supervenientes ao trânsito em julgado da sentença.
- D) Tratando-se de impugnação parcial, a parte não questionada pela executada será, desde logo, objeto de cumprimento.
- E) Entre as matérias passíveis de impugnação, pela fazenda pública, está inexecutabilidade do título ou inexigibilidade da obrigação, considerando-se também inexigível a obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo STF, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo tido pelo STF como incompatível com a Constituição Federal, em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso.

QUESTÃO 39 – Sobre o instituto da desconsideração da personalidade jurídica, à luz do disposto no Código Civil, Lei nº 10.406/2002, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.
- B) Para os fins do disposto neste artigo, desvio de finalidade é transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante.
- C) Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa.
- D) A mera existência de grupo econômico sem a presença dos requisitos de que trata o *caput* deste artigo não autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica.
- E) Não constitui desvio de finalidade a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.

QUESTÃO 40 – Em relação ao julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos, consoante previsto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O presidente ou o vice-presidente de tribunal de justiça ou de tribunal regional federal selecionará 2 ou mais recursos representativos da controvérsia, que serão encaminhados ao STF ou ao STJ para fins de afetação, determinando a suspensão do trâmite de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitem no Estado ou na região, conforme o caso.
- B) A escolha feita pelo presidente ou vice-presidente do tribunal de justiça ou do tribunal regional federal não vinculará o relator no Tribunal Superior, que poderá selecionar outros recursos representativos da controvérsia.
- C) Somente podem ser selecionados recursos admissíveis que contenham abrangente argumentação e discussão a respeito da questão a ser decidida.
- D) Sempre que houver multiplicidade de recursos extraordinários ou especiais com fundamento em idêntica questão de fato ou de direito, haverá afetação para julgamento de acordo com as disposições desta Subseção, observado o disposto no Regimento Interno do STF e no do STJ.
- E) Demonstrando distinção entre a questão a ser decidida no processo e aquela a ser julgada no recurso especial ou extraordinário afetado, a parte poderá requerer o prosseguimento do seu processo.

QUESTÃO 41 – Sobre os impostos municipais, sua previsão normativa e entendimento jurisprudencial do STJ e do STF sobre a matéria, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A aquisição de imóvel para a composição do patrimônio do Fundo de Investimento Imobiliário, efetivada diretamente pela administradora do fundo e paga por meio de emissão de novas quotas do fundo aos alienantes, configura transferência a título oneroso de propriedade de imóvel para fins de incidência do ITBI, na forma do art. 35 do Código Tributário Nacional e 156, II, da Constituição Federal, ocorrendo o fato gerador no momento da averbação da propriedade fiduciária em nome da administradora no cartório de registro imobiliário.
- B) O fato gerador do imposto sobre transmissão *inter vivos* de bens imóveis (ITBI) somente ocorre com a efetiva transferência da propriedade imobiliária, que se dá mediante o registro.
- C) É inconstitucional a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre as atividades relativas à hospedagem de qualquer natureza, prevista no subitem 9.01 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116/2003.
- D) É constitucional a lei municipal que delega ao Poder Executivo a avaliação individualizada, para fins de cobrança do IPTU, de imóvel novo não previsto na Planta Genérica de Valores, desde que fixados em lei os critérios para a avaliação técnica e assegurado ao contribuinte o direito ao contraditório.
- E) O credor fiduciário, antes da consolidação da propriedade e da imissão na posse no imóvel objeto da alienação fiduciária, não pode ser considerado sujeito passivo do IPTU, uma vez que não se enquadra em nenhuma das hipóteses previstas no art. 34 do CTN.

QUESTÃO 42 – Sobre o negócio jurídico, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.
- B) Respeitada a intenção das partes, a invalidade parcial de um negócio jurídico não o prejudicará na parte válida, se esta for separável; a invalidade da obrigação principal implica a das obrigações acessórias, e a destas induz a da obrigação principal.
- C) Se alguém dispuser de uma coisa sob condição suspensiva, e, pendente esta, fizer quanto àquelas novas disposições, estas não terão valor, realizada a condição, se com ela forem incompatíveis.
- D) O encargo não suspende a aquisição nem o exercício do direito, salvo quando expressamente imposto no negócio jurídico, pelo disponente, como condição suspensiva.
- E) O erro de indicação da pessoa ou da coisa, a que se referir a declaração de vontade, não viciará o negócio quando, por seu contexto e pelas circunstâncias, se puder identificar a coisa ou pessoa cogitada.

QUESTÃO 43 – Considerando o disposto no Código de Processo Civil acerca da intervenção de terceiros, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O chamamento ao processo, requerido pelo réu, é admissível apenas em diante do afiançado, na ação em que o fiador for réu e dos demais fiadores, na ação proposta contra um ou alguns deles.
- B) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.
- C) Feita a denúncia pelo autor, o denunciado poderá assumir a posição de litisconsorte do denunciante e acrescentar novos argumentos à petição inicial, procedendo-se em seguida à citação do réu.
- D) Considera-se litisconsorte da parte principal o assistente sempre que a sentença influir na relação jurídica entre ele e o adversário do assistido.
- E) Se o denunciante for vencido na ação principal, o juiz passará ao julgamento da denúncia da lide.

QUESTÃO 44 – Considerando a Lei de Execução Fiscal, Lei nº 6.830/1980, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) À Dívida Ativa da Fazenda Pública, de qualquer natureza, aplicam-se as normas relativas à responsabilidade prevista na legislação tributária, civil e comercial.
- B) O executado será citado para, no prazo de 5 dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução.
- C) A Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção absoluta de certeza e liquidez.
- D) Não ocorrendo o pagamento nem a garantia da execução, a penhora poderá recair em qualquer bem do executado, exceto os que a lei declare absolutamente impenhoráveis.
- E) Far-se-á a intimação da penhora pessoalmente ao executado se, na citação feita pelo correio, o aviso de recepção não contiver a assinatura do próprio executado, ou de seu representante legal.

QUESTÃO 45 – Sobre a tramitação legislativa dos projetos de lei orçamentárias, à luz da Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a discussão, na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.
- B) Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.
- C) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 2% da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, observado que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.
- D) As emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual poderão alocar recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios por meio de transferência especial; ou transferência com finalidade definida.
- E) Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

QUESTÃO 46 – Considerando o disposto na Constituição Federal e jurisprudência do STF, analise as assertivas a seguir:

- I. É constitucional lei estadual que obriga a inclusão, na lei orçamentária anual, das escolhas manifestadas pela população, em consulta direta, no que diz respeito à destinação de parcela voltada a investimentos de interesses regional e municipal.
- II. É inconstitucional, por violação à cláusula constitucional da não afetação da receita oriunda de impostos e à autonomia municipal, norma estadual que determina a forma de aplicação dos recursos destinados ao município em razão da repartição constitucional de receitas.
- III. É inconstitucional lei estadual que concede benefício fiscal sem a prévia estimativa de impacto orçamentário e financeiro exigida pelo art. 113 do ADCT.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

QUESTÃO 47 – Sobre a justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador, considerando o disposto na CLT, assinale a alternativa que NÃO apresenta uma hipótese de sua configuração.

- A) Ato de improbidade.
- B) Condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena.
- C) Negociação eventual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador.
- D) Ato de indisciplina.
- E) Violação de segredo da empresa.

QUESTÃO 48 – Conforme previsão da CLT sobre o rito sumaríssimo trabalhista, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.
- B) As demandas sujeitas a rito sumaríssimo serão instruídas e julgadas em audiência única, sob a direção de juiz presidente ou substituto, que poderá ser convocado para atuar simultaneamente com o titular.
- C) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, desde que requeridas previamente.
- D) A apreciação da reclamação deverá ocorrer no prazo máximo de quinze dias do seu ajuizamento, podendo constar de pauta especial, se necessário, de acordo com o movimento judiciário da Junta de Conciliação e Julgamento.
- E) Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.

QUESTÃO 49 – Sobre o sistema recursal trabalhista, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Os incidentes do processo são resolvidos pelo próprio juízo ou tribunal, admitindo-se a apreciação do merecimento das decisões interlocutórias somente em recurso da decisão definitiva.
- B) Cabe recurso ordinário para a instância superior das decisões definitivas ou terminativas das Varas e Juízos, no prazo de 8 (oito) dias.
- C) O recurso de revista, dotado de efeito apenas devolutivo, será interposto perante o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, que, por decisão fundamentada, poderá recebê-lo ou denegá-lo.
- D) Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.
- E) A divergência apta a ensejar o recurso de revista deve ser atual, não se considerando como tal a ultrapassada por súmula do Tribunal Superior do Trabalho ou do STF, ou superada por iterativa e notória jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.

QUESTÃO 50 – Sobre as figuras do empregador e do grupo econômico, considerando exclusivamente o disposto na CLT, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Caso uma empresa, embora tenha personalidade jurídica própria, esteja sob a administração de outra, tem-se por configurado o chamado grupo econômico, respondendo solidariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego.
- B) Quando duas empresas possuírem os mesmos sócios, a mera identidade societária configurará o grupo econômico.
- C) Equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais.
- D) Equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, as associações recreativas.
- E) Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.